CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

2018

CATÓLICA
GOV

DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS

PÓS-GRADUAÇÃO | 1ª edição
22 de março a 28 junho de 2018

DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS

PÓS-GRADUAÇÃO
1ª edição
2018

A aprovação do novo Código do Procedimento Administrativo pelo **Decreto-Lei n.º 4/2015**, de 7 de Janeiro, e a extensa revisão das leis do processo administrativo operada pelo **Decreto-Lei n.º 214-G/2015**, de 2 de Outubro, introduziram **significativas modificações no quadro** procedimental e processual **em que se move a Administração Pública**.

Situando-se numa linha de continuidade com as soluções pré-existentes, nem por isso este conjunto de alterações deixa de **suscitar dúvidas e dificuldades aplicativas**, nalguns casos oriundas já das versões anteriores, noutros casos assumindo novos contornos e requerendo análise específica. Os reflexos destas modificações são evidentes no relacionamento com os administrados e com a jurisdição administrativa.

A **pós-graduação em Direito e Prática do Processo e do Procedimento Administrativos** está atenta ao problema real, mas frequentemente subvalorizado, do desconhecimento das soluções acolhidas na jurisprudência e na prática administrativa.

Objetivos

Transmitir, em relação a cada um dos principais regimes ou institutos, o real "estado da arte" em sede de interpretação e aplicação das normas procedimentais e processuais.

Clarificar qual é hoje o Direito Administrativo efetivamente vigente, a partir do modo como os Tribunais e a Administração o interpretam quotidianamente.

Destinatários

Todos os que se ocupam com a aplicação prática do Direito Administrativo.

COORDENAÇÃO

Luís Fábrica

A sucessão de reformas legislativas, aliada à complexidade de algumas matérias, tem dificultado a perceção das orientações efetivamente adotadas pelos Tribunais e pela Administração.

DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS

PROGRAMA

MARÇO		
22	Âmbito de aplicação do CPA	**Luís Fábrica**
27	Princípio da legalidade / Margem de livre decisão / Separação de poderes	**Luís Pereira Coutinho**
ABRIL		
3	Princípio da proporcionalidade / Princípio da igualdade	**Pedro Machete** e **Maria da Glória Garcia**
5	Princípio da boa fé e proteção da confiança / Princípio da boa administração / Princípio da justiça e razoabilidade	**Gonçalo de Almeida Ribeiro**
10	Delegação de poderes e figuras afins / Auxílio administrativo e conferências procedimentais	**Marta Portocarrero**
12	Regulamentos	**Ana Raquel Moniz**
17	O ato administrativo	**Vasco Pereira da Silva**
19	Contratos públicos	**Maria João Estorninho**
24	Revogação do ato administrativo	**Tiago Macieirinha**
26	Anulação do ato administrativo	**Tiago Macieirinha**
MAIO		
3	Invalidade e aproveitamento do ato administrativo	**André Salgado de Matos**
8	Eficácia e execução do ato administrativo	**Filipa Calvão**
10	Impugnações administrativas	**Luís Fábrica**
15	Direito à tutela jurisdicional efetiva e questões de jurisdição: TEDH, Tribunal Constitucional e tribunais administrativos	**Lino Ribeiro**
17	Pressupostos processuais	**Ana Celeste Carvalho**
22	Ações de impugnação de atos administrativos	**Mário Aroso de Almeida**
24	Ações de condenação / ações de mera apreciação	**André Salgado Matos**
29	Ações de declaração de ilegalidade de regulamentos	**Carlos Carvalho**
JUNHO		
5	Ações em matéria de contratos e contencioso pré-contratual	**Paulo Pereira Gouveia**
7	Tramitação da Ação administrativa / Poderes do juiz	**Pedro Marchão Marques**
12	Vicissitudes da instância e mecanismos de aceleração processual	**Dora Lucas Neto** e **Carolina Duarte**
14	Intimações e contencioso eleitoral	**Ana Gouveia Martins**
19	Processos cautelares	**Ana Carla Palma** e **Ilda Côco**
21	Recursos ordinários / recursos extraordinários	**Sofia David**
26	Arbitragem administrativa	**Rui Medeiros**
28	Processo executivo	**Cecília Anacoreta Correia**

CORPO DOCENTE

Ana Carla Palma Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra
Ana Celeste Carvalho Tribunal Central Administrativo Sul
Ana Gouveia Martins Faculdade de Direito de Lisboa
Ana Raquel Moniz Faculdade de Direito de Coimbra
André Salgado de Matos Faculdade de Direito da UCP
Carlos Carvalho Supremo Tribunal Administrativo
Carolina Duarte Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
Cecília Anacoreta Correia Faculdade de Direito de Lisboa
Dora Lucas Neto Tribunal Central Administrativo Sul
Filipa Calvão Faculdade de Direito da UCP
Gonçalo de Almeida Ribeiro Tribunal Constitucional
Ilda Côco Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra
Lino Ribeiro Tribunal Constitucional
Luís Fábrica Faculdade de Direito da UCP
Luís Pereira Coutinho Faculdade de Direito de Lisboa
Maria da Glória Garcia Faculdade de Direito da UCP
Maria João Estorninho Faculdade de Direito da UCP / Faculdade de Direito de Lisboa
Mário Aroso de Almeida Faculdade de Direito da UCP
Marta Portocarrero Faculdade de Direito da UCP
Paulo Pereira Gouveia Tribunal Central Administrativo Sul
Pedro Machete Tribunal Constitucional.
Pedro Marchão Marques Tribunal Central Administrativo Sul
Rui Medeiros Faculdade de Direito da UCP
Sofia David Tribunal Central Administrativo Sul
Tiago Macieirinha Faculdade de Direito da UCP
Vasco Pereira da Silva Faculdade de Direito da UCP / Faculdade de Direito de Lisboa

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

2018

DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS

PÓS-GRADUAÇÃO | 1ª edição
22 de março a 28 de junho de 2018

HORÁRIO

Terças e quintas-feiras das 18h30 às 20h30.

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Licenciatura em Direito ou qualquer outra cuja experiência profissional do candidato permita e requeira uma especialização nesta área.

DIPLOMA E CERTIFICAÇÃO

Carta de Pós-Graduação

- Desde que o número de presenças efetivas seja superior a 4/5 das sessões e após aprovação no trabalho final escrito.
- Trabalho final escrito a apresentar até 30 de setembro de 2018. Dimensões indicativas: cerca de 27.000 caracteres, incluindo espaços - equivalente a 15 páginas na apresentação gráfica.

Certificado de frequência

- Desde que o número de presenças efetivas seja superior a 4/5 das sessões.

INSCRIÇÃO

Enviar o boletim de inscrição, acompanhado de curriculum vitae, certificado de habilitações e Cédula Profissional da Ordem dos Advogados (se for o caso).

PREÇOS

VALOR DO CURSO: €2.150,00, pagamento integral no ato da inscrição.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

10% de desconto: antigos alunos da Licenciatura, Mestrado em Direito ou LL.M. da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e Advogados Estagiários do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
5% de desconto: antigos auditores da Faculdade de Direito da UCP e Advogados do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.

CONTACTOS

posgraduacoesdireito@fd.lisboa.ucp.pt | Telefone 217 214 179
Faculdade de Direito - Escola de Lisboa | Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, 1649-023 LISBOA
www.fd.lisboa.ucp.pt/posgrad